

NULIDADE DE PROCESSO

ARRESTO NÃO CONVALIDADO EM PENHORA

Recurso

Ap. -

Tribunal

TJSP

ESTACIONAMENTO — VEÍCULO DESTINADO A PASSEIOS TURÍSTICOS AQUÁTICOS - FURTO
- CULPA IN VIGILANDO - DANO EMERGENTE - LUCRO CESSANTE

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE, ESTADO DE, brasileiro, solteiro, funcionário público estadual, inscrito no CPF sob o n.º e portador do RG. SSP/..., domiciliado na cidade de, com endereço residencial na Rua, n.º, com o respeito e acatamento devidos vem perante Vossa Excelência, por seus mandatários legais in fine assinados (m.j), com espeque nos arts. 43, 186, 942 e segs. , todos do Novo Código Civil, propor a presente AÇÃO INDENIZATÓRIA em desfavor da FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE, pessoa de jurídica direito público, com sede na Prefeitura Municipal da Cidade de, pelas relevantes razões fáticas e de direito que passa a aduzir: 1- É sabido por todos que a cidade de, localizada às margens do rio, com água e praias abundantes, vem envidando esforços no sentido de desenvolver o seu enorme potencial turístico. Para tanto, vem promovendo uma forte campanha de divulgação de suas potencialidades, o que tem atraído inúmeras pessoas de cidades vizinhas, que se deslocam para esta região do estado para se divertirem e também para trabalhar; 2- E foi exatamente com o intuito de melhorar seus rendimentos mensais que o ora peticionante direcionou os seus recursos econômicos, adquirindo uma moto modelo, marca cor branca e verde, ano, chassi, Registro da Marinha Brasileira n.º, estado de conservação semi-novo, bem como a carreta transportadora, marca, placa -, chassi n.º, a fim de utilizá-los comercialmente nas praias da cidade de; 3- O autor locava o Jetski e Carreta para auferir rendimentos naquele município, alugando-os para turistas, mormente nos períodos de feriados e finais de semana; aluguel que usualmente era feito por período de hora, à razão de R\$ a hora, em média de cinco horas diárias, com maior assiduidade nos períodos de férias e feriados. Pela média, sua máquina trabalhava cerca de 10 (dez) horas semanais . 4- Destarte, nos dias de pouco movimento de turistas e no período noturno, o peticionante, juntamente com outros possuidores daquele tipo de maquinário aquático, estacionam e guardam referidas máquinas em um prédio de propriedade da Prefeitura Municipal, destinado à guarda de bens e, inclusive, pequeno almoxarifado municipal. Também é do conhecimento do peticionante que naquele local estacionavam além das máquinas pertencentes à sua pessoa, as de propriedade de,, e, todas essas pessoas residentes na cidade de 5- O prédio supracitado mantinha e mantém guarda-noturno municipal, que além de guardar o prédio e seus pertences, também sempre guardou e zelou pelos pertences de terceiros, inclusive em locais próximos, dos turistas que ali aportam. Este sempre foi o costume do local, aquiescendo a prefeitura com tal situação, vez que condizente com os interesses turísticos da região. 6- Entretanto, em data de .../... do corrente ano, o senhor foi informado, pelo próprio servidor municipal, o vigilante noturno, que naquele prédio havia ocorrido um "roubo" de algumas máquinas e valores, e, dentre esses, foram suprimidos os bens e máquinas de propriedade do peticionante. 7- Ocorre que o representante legal do município, no prazo legal, não se dignificou em noticiar o ato ilícito e criminoso, como impera a Lei, através de abertura do competente Inquérito Policial, para as elucidações do ilícito e a apuração das responsabilidades; omitindo-se, em conivência com o fato. 8- Como se infere, a responsabilidade do município, pelos prejuízos sofridos pelo senhor, decai da culpa in vigilando e pela omissão das ações necessárias, desde que implícita a responsabilidade, ao aceitar a cautela dos bens

nas dependências de sua propriedade, como ato de apoiar e amparar o exercício do turismo municipal. A responsabilidade da requerida não repousa tão-só no fato da guarda dos bens, mas sobretudo no dever de reparar o dano ocasionado por ato culposos de servidor seu e em propriedade sua. 9- Os prejuízos do peticionante decorrem dos danos emergentes e dos lucros cessantes; aqueles, pela perda do Jetski e da carreta, orçados em R\$ e R\$, respectivamente, e estes, os lucros cessantes, pelas horas em que explorava os bens, economicamente, alugando-